

## IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 19.05.2026

### **Reforçar a consciência dos jovens sobre o cumprimento da lei, em prol da harmonia e estabilidade sociais**

Há dias, ocorreu um caso de agressão com uma faca por parte de um jovem de 14 anos, o qual, por não atingir a idade de responsabilidade criminal, não está sujeito a sanção penal. Mas o porte ilegal da arma e a agressão violenta demonstram a fraca consciência de alguns jovens sobre o primado da lei, a sua percepção ambígua sobre os seus limites e, ainda, os potenciais riscos no seio da família, escola e sociedade, suscitando grande preocupação e reflexão sobre o crescimento saudável dos jovens.

Os jovens são o futuro e a esperança de Macau, portanto, proteger o seu crescimento saudável e prevenir a delinquência juvenil são responsabilidades comuns a que o Governo, a família, a escola e a sociedade não se podem esquivar. Na actual era digital, a disseminação de conteúdos violentos na *Internet*, a tutela e a falta de comunicação entre pais e filhos em algumas famílias, e o equívoco de que "os menores de 16 anos não têm de assumir responsabilidades", entre outros problemas, afectam directamente a formação dos valores e os comportamentos dos jovens, por isso, é crucial consolidar a linha de defesa contra a criminalidade juvenil.

A fim de retirar os devidos ensinamentos do referido caso e de reforçar a generalização dos conhecimentos jurídicos junto dos jovens, a responsabilidade da tutela familiar e a cooperação família-escola-sociedade, prevenindo, a partir da fonte, os actos de violência e os riscos de violação da lei pelos jovens, sugiro o seguinte:

1. Reforçar os trabalhos de higiene cibernética, efectuar uma fiscalização rigorosa sobre as plataformas sociais, os jogos em rede e os vídeos curtos, proibir a violência e a instigação à prática de crimes, criar um modelo de protecção juvenil nas respectivas plataformas em rede, proceder à filtragem das palavras-chave, para evitar que os jovens tenham contacto com actos violentos na internet.

2. Reforçar a capacidade de comunicação entre pais e filhos, sugiro ao Governo e às associações que realizem *workshops* sobre gestão emocional e resolução de conflitos dirigidos a grupos fragilizados e famílias carenciadas, dando orientações aos encarregados de educação para identificarem os sinais de risco dos jovens. Tomando como referência a "Lei de promoção da educação familiar", o IAS adverte para as obrigações familiares e orienta as famílias que não conseguem cuidar dos filhos menores, por exemplo, aqueles que deixam os filhos sair à noite, que não os supervisionam, etc., e realiza, periodicamente, visitas de avaliação.

3. Reforçar a divulgação e sensibilização jurídica, há que incentivar as organizações sociais e as escolas a transmitirem em contexto escolar as consequências penais e não penais decorrentes de actos violentos, tais como medidas disciplinares coercivas, indemnizações e pedidos de desculpas, correcção psicológica, entre outras, com o objectivo de dissipar o equívoco comum entre os jovens de que "quem tem menos de 16

anos não tem responsabilidades legais”. Mais, as autoridades devem desenvolver materiais didáticos específicos direccionados aos grupos etários de maior risco, com enfoque em legislação como o “Regime jurídico do controlo de armas e coisas conexas” e o “Código Penal”, integrando estudos de caso e métodos pedagógicos imersivos baseados em jurisprudência, de modo a reforçar a consciência jurídica e o cumprimento da lei entre os jovens.

Por fim, espera-se que todos os sectores da sociedade reflectam sobre os factores emocionais subjacentes aos comportamentos dos jovens, em vez de se limitarem a repreendê-los ou criticá-los. As famílias, as escolas e as comunidades devem adoptar uma postura empática na comunicação com os jovens, criando, de forma abrangente, um ambiente seguro, saudável e baseado no Estado de Direito para o seu desenvolvimento, contribuindo assim para a manutenção da harmonia e estabilidade sociais.